

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

B
/

Claudia Pfeiffer

B
/

LCH

DESENVOLVIMENTO LOCAL E DLIS: uma aproximação ao tema e à estratégia

Elaborado por Márcia Lana Guimarães

Rio de Janeiro

2004

Desenvolvimento Local e DLIS: uma aproximação ao tema e à estratégia

Márcia Lana Guimarães

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Cláudia Ribeiro Pfeiffer
Doutora em Planejamento Urbano
e Regional / UFRJ

Rio de Janeiro
2004

FICHA CATALOGRÁFICA

Guimarães, Márcia Lana.

Desenvolvimento Local e DLIS: uma aproximação ao tema e à estratégia. – Rio de Janeiro : UFRJ, 2004.

Orientadora: Cláudia Ribeiro Pfeiffer

Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2004.

31p.; 30cm

Bibliografia: p.30 e 31 .

1. Desenvolvimento local. 2. Desenvolvimento local, integrado e sustentável. 3. Dlis.

I. Pfeiffer, Cláudia Ribeiro, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

O combate efetivo à pobreza começa pelo resgate da auto-estima das pessoas em situação de vulnerabilidade social, ou seja, pela mudança de modelos mentais, pela cura dessa doença da alma que impede essas pessoas de se tornarem empreendedoras, fazedoras de sonhos, construtoras de seu próprio futuro. É preciso desaprender o medo, aprendendo a ousar, a correr riscos e a perseguir o sucesso. É preciso que elas comecem a acreditar em si mesmas. Essa deve ser a essência de qualquer capacitação: tornar as pessoas capazes. Mas capazes do que? Capazes de promoverem seu próprio desenvolvimento. (Paula, 2004)

SUMÁRIO

Resumo	
Introdução	01
O local no desenvolvimento local	03
Desenvolvimento local	05
Dlis – desenvolvimento local integrado e sustentável	09
Conceitos, objetivos e estratégias	12
Metodologia DLIS	19
Experiência de DLIS: Programa Comunidade Ativa em Cardoso Moreira, RJ	22
Referências Bibliográficas	30

RESUMO

Este trabalho constitui um pequeno passo na introdução ao tema do Desenvolvimento Local. Apresenta algumas concepções de local e de desenvolvimento local; contextualiza e apresenta a estratégia de indução ao desenvolvimento local que vem sendo denominada de DLIS, bem como a metodologia para implantá-la.

Trata-se de um trabalho de carácter exploratório, visto que o tema é muito complexo e não se apóia em escopo teórico bem delimitado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, à minha orientadora Cláudia Pfeiffer, pelos primeiros contatos com desenvolvimento local e pela paciência e persistência na orientação deste trabalho, incentivando-me caminhar a passos firmes para sua conclusão, compreendendo que o tema era um novo aprendizado na minha carreira de arquiteta-urbanista.

À minha mãe, D. Lourdes, por seu eterno apoio em minha vida e a Alexandre pela compreensão nos muitos momentos de ausência.

Às minhas amigas Kátia Carmona pela aula sobre Desenvolvimento Local e DLIS e Joelma Cavalcante, por seu incentivo na conclusão da monografia.

Aos meus colegas, professores e funcionários do curso de especialização do IPPUR e àqueles que de alguma forma contribuíram para o êxito deste trabalho.

E a DEUS e à espiritualidade por tudo presente em minha vida.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho constitui uma primeira aproximação ao tema Desenvolvimento Local.

O interesse pelo tema nasceu nas aulas da disciplina “Modalidades recentes de administração urbana”, proferida pela prof^a Cláudia Pfeiffer, hoje minha orientadora, que o apresentou como recorrente nas estratégias de indução ao desenvolvimento que vem sendo implementadas em cidades brasileiras, nas duas últimas décadas. Fato que me chamou atenção, já que o desconhecia, apesar de toda minha vivência como arquiteta-urbanista.

A idéia inicial era identificar em referências sobre o tema, diversas abordagens e experiências de desenvolvimento local para, então, mapeá-las. Havia percebido, no decorrer da referida disciplina, que desenvolvimento local é uma expressão que pode traduzir abordagens distintas de desenvolvimento, de local, e, conseqüentemente, de estratégias e experiências de desenvolvimento local .

As leituras realizadas, no entanto, demonstraram que essa tarefa ultrapassaria, em muito, o limite do tempo para a elaboração da monografia.. O assunto é muito complexo e não se apóia em um escopo teórico bem definido.

Encontra-se na bibliografia consultada, por exemplo, tanto a afirmação de que todo desenvolvimento é local – seja este local um distrito, um município, uma microrregião, uma região de um país, um país, uma região do mundo (Franco, 2000); quanto a afirmação de que não existe desenvolvimento local – o desenvolvimento é sempre articulado a processos mais gerais e os espaços estão sempre subordinados à lógica do centro dominante (Silveira, apud Martinelli, 2004, pg.xxxii).

Por outro lado, associa-se desenvolvimento local tanto a desenvolvimento exclusivamente econômico, quanto a desenvolvimento humano e social sustentável.

Diante desse quadro, decidi avançar na minha reflexão, identificando algumas concepções de local e de desenvolvimento local bem como buscando contextualizar e compreender a estratégia de indução ao desenvolvimento local que vem sendo denominada Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) e a metodologia para implantá-la. Estratégia essa que vem se difundindo gradualmente nos municípios brasileiros.

Nesse sentido utilizei, sobretudo, referências publicadas na Rede DLIS - um portal construído com vistas à formação e expansão de uma rede de conhecimento sobre desenvolvimento local integrado e sustentável, que envolve pessoas e organizações de todos os setores, em todas as regiões do Brasil e do exterior, com os objetivos de: propiciar acesso a informações e serviços úteis para pessoas/organizações envolvidas na promoção do desenvolvimento local; facilitar a interlocução e ampliar o debate entre pessoas que trabalham com o tema; gerar maior qualificação à questão do desenvolvimento local; fomentar uma cultura de trabalho em rede (www.rededlis.org.br). E informações do livro de Martinelli (2004), uma publicação que busca apresentar, de uma forma minimamente sistematizada, o estado das artes sobre o tema. Especificamente, privilegiei referências que valorizam as visões consideradas sistêmicas, ou seja, as visões que tratam do desenvolvimento local, considerando suas diversas dimensões (sociais, culturais, éticas, de desenvolvimento comunitário etc.) e não apenas a econômica, ainda que sem descartar a importância do desenvolvimento econômico e da competitividade.

Os resultados do trabalho serão apresentados a seguir.

Concluindo a introdução ao trabalho, cabe enfatizar seu caráter exploratório.

O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Como referido anteriormente, o termo “local”, nas referências sobre desenvolvimento local consultadas, não possui uma única definição.

Tânia Fischer (1993) observa que a noção de “local” contém duas idéias complementares e, ao mesmo tempo, antagônicas. Refere-se a um âmbito espacial delimitado, que pode ser identificado como base, território ou microrregião, e também contém o sentido de espaço de relações sociais privilegiáveis e portanto, indica movimento e interação de grupos sociais articulados e opostos em interesses comuns. Em assim sendo, a análise do “local” remete ao estudo do poder enquanto relação de forças por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como à formação de identidades e práticas políticas específicas. E a identificação de redes sociais constitutivas leva a indagações sobre o espaço político local, as pautas de convivência e cooperação, competição e conflito, a memória política local e as formas de exercício do poder.

Paula (2004) afirma que, no debate sobre a temática do desenvolvimento, o conceito de “local” surge em relação com o conceito de “global”, seja numa relação de oposição, seja numa relação de integração, soberana ou subordinada, do local no global. A diferenciação do local dentro do universo globalizado ocorre a partir da busca pela afirmação de uma identidade, de elementos distintivos, de uma reputação própria, de características singulares que possam diferenciá-lo dos demais. Um esforço que parte da descoberta, do reconhecimento e da valorização dos ativos locais, quer dizer, das potencialidades, vocações, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas de cada território.

O “local”, dessa forma, não deve ser confundido com o município, como querem alguns. O local se define como qualquer porção territorial que se distingue a partir de

determinados elementos de identidade¹, dependendo do critério de escolha de quem desenha o território.

O local, em suas mais diferentes determinações² é o espaço de uma nova *ambiência*, um novo marco de regulação do mercado e de mediação social.

Para Franco (apud Martinelli, 2004), o conceito de local se refere a qualquer âmbito socioterritorial delimitado pela permanência de um campo estável de interação de fatores humanos, sociais, econômicos, físicos e ambientais. Ele adquire a conotação de alvo sócio-territorial das ações sendo definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, geralmente quando esse processo é pensado, planejado, promovido ou induzido. Para o autor, o local não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução, pelo contrário, a maioria dos setores que trabalha com a questão considera que não é um espaço micro, podendo ser um município ou uma região compreendendo até vários municípios.

Por fim, Martinelli (2004) chama a atenção para o fato de que a noção de local levanta polêmicas ao se basear no conceito de região, que normalmente não tem correspondência com as divisões político-administrativas. Para superar esse problema, sugere que por local entenda-se um *espaço de solidariedade*, no qual os indivíduos tenham uma história comum à qual estejam ligados individualmente e coletivamente e onde haja o desejo de construir um futuro comum.

¹ Os elementos de identidade podem ser, por exemplo, físico-geográficos (uma bacia, vale, chapada, cordilheira, o entorno de um lago etc.); étnico-culturais (uma área habitada por imigrantes, populações indígenas, remanescentes de quilombos, nações sem autonomia política etc.); sócio-econômicos (uma área definida pela existência de uma cadeia produtiva), políticos (blocos de países, regiões, províncias etc.).

² Redes, distritos, instituições, dinâmicas regionais, etc

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Assim como “local”, “desenvolvimento local” também é concebido de formas diferenciadas nas referências consultadas sobre o tema.

Segundo Martinelli (2004), durante muito tempo promover o desenvolvimento local compreendia favorecer e apoiar diferentes iniciativas locais na perspectiva de que a soma destas iniciativas criaria uma ambiência favorável à mudança e fortalecimento de uma nova dinâmica de desenvolvimento, acreditando-se que o fator econômico era o único determinante do desenvolvimento.

Hoje, surgem visões mais sistêmicas, que vêem outras dimensões e não apenas a econômica na determinação do desenvolvimento, sem descartar a importância do desenvolvimento econômico e da competitividade, mas dando ênfase aos aspectos sociais, culturais, éticos e de desenvolvimento comunitário.

Segundo Llorens (2001), por exemplo, o processo de desenvolvimento econômico local está condicionado a uma série de fatores, como disponibilidade em recursos naturais e características ambientais específicas; qualidade dos recursos humanos; acesso às fontes de financiamento; disponibilidade de informações sobre produtos, processos produtivos e mercados correspondentes ao perfil produtivo territorial; existência de uma cultura local favorável à atividade empreendedora; etc. Todos esses traços característicos da oferta territorial ou do entorno inovador podem ser construídos ou, em outros termos, o território pode ser acondicionado com tais fatores. O desenvolvimento econômico local é um processo de desenvolvimento econômico e de mudança estrutural que conduz a uma melhoria do nível de vida da população local.

Para Franco (2000) o desenvolvimento local é um modo de promover o desenvolvimento, levando em consideração as potencialidades que possam ser identificadas numa unidade sócioterritorial delimitada. A abordagem do desenvolvimento econômico,

fundamentado nas localidades, devido às mudanças estruturais verificadas no modelo produtivo industrial, tornou-se uma alternativa para as atividades dirigidas ao desenvolvimento econômico local, em virtude das perspectivas que a mobilidade dos investimentos nos setores produtivos levaram às economias regionais.

O desenvolvimento local reforça as comunidades dinamizando suas potencialidades, identificando as vocações do local. A visão de desenvolvimento econômico aparece associada às perspectivas sociais, culturais, políticas, morais e éticas.

Durante muito tempo acreditou-se que só existia um tipo de capital, relacionado aos bens e serviços que uma sociedade produzia e à renda da qual seus membros se apropriavam. Hoje se sabe que, existem outros tipos de “capitais” também decisivos no processo de desenvolvimento. Além da propriedade produtiva, riqueza, e o que pode chamar de “capital empresarial”, existem ainda o “capital humano”, o “capital social” e o “capital natural”. Para promover o desenvolvimento, é preciso investir nesses vários tipos de capitais.

O capital humano se refere mais ao conhecimento, ao *know how* e à capacidade de criá-lo e recriá-lo³. O capital social diz respeito aos níveis de organização da sociedade, pois existe uma relação direta entre os graus de associacionismo, confiança e cooperação atingida pela sociedade democrática organizada civicamente e cidadã, e a boa governança e a prosperidade econômica. O capital natural está relacionado às condições ambientais e físico-territoriais herdadas, já que faz diferença plantar nos solos férteis da Ucrânia ou no pampa argentino e no semi-árido nordestino do Brasil.

O processo de desenvolvimento local significa o fomento de formas associativas de pequenos empreendedores como motor de integração econômica no desenvolvimento local. A terminologia utilizada hoje é múltipla para caracterizar este setor econômico: mercado informal, economia popular, mercado popular urbano. Também são múltiplos os seus agentes:

³ Envolve a educação, a saúde, a alimentação e a nutrição, a cultura e a pesquisa e várias outras áreas.

cooperativas, microempresas, empresas domésticas, auto-emprego, microunidades econômicas. Este universo desconhecido tem hoje papel significativo nas economias locais e exige processo de intervenção que permita maiores informações tanto sobre seus agentes econômicos, seus fluxos de produção e comercialização, como também sobre suas potencialidades enquanto setor econômico.

Para Paula (2002), o desenvolvimento local também é um fenômeno que ultrapassa o econômico. O seu sentido deve ser o de melhorar a qualidade de vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das pessoas que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável). Na mesma linha de Franco (2000), o autor afirma que o desenvolvimento humano, social e sustentável desafia a pensar um novo conceito que articule a dinamização do crescimento econômico com outros fatores, como capital humano, capital social, capital empresarial e capital natural.

Segundo Moura (2004), ao se falar de desenvolvimento local, alude-se a práticas que têm como palco a localidade e como atores/empreendedores organizações e grupos do lugar - estejam eles situados nas esferas pública, privada e/ou quase pública -, que participam na gestão ou co-gestão de projetos potencializadores da economia local, visando a geração de emprego e renda, a criação/fortalecimento de pequenas e médias empresas e/ou a implementação de estratégias de integração competitiva no mercado global. Alude-se, também, ao fortalecimento de atividades econômicas e de serviços de caráter informal, assentadas em redes de parentesco, vizinhança e outras redes submersas

Coelho (1996, p.98) conceitua desenvolvimento local como um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar de maneira sustentável, as condições de vida dos habitantes de uma localidade, e no qual o desenvolvimento estimula a ampla participação de todos os atores relevantes.

Segundo IBAM (2002), o desenvolvimento local tem como desafio a melhoria de vida das pessoas, promovendo integração econômica, social, ambiental e institucional. A importância destas integrações garante a sustentabilidade do desenvolvimento, além de incentivar e fortalecer a participação e inclusão social, de modo que as comunidades envolvidas tenham capacidade de atuar em prol de seus interesses. A sua temática surgiu do desafio de enfrentar um quadro de pobreza e desemprego como forma de suprir as necessidades não atendidas e garantir qualidade de vida para os diversos segmentos da sociedade. A promoção do desenvolvimento não deve estar centrada apenas no econômico e o seu conceito vem a se contrapor às ações locais e pontuais, limitadas por tempo e espaço, e que objetivavam o atendimento à demanda da população mas que não garantiam o desenvolvimento integrado e sustentável.

No Brasil, a estratégia de indução ao desenvolvimento local denominada de DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável aparece nas leituras realizadas para fins desse trabalho como a resposta mais elaborada no sentido do enfrentamento de tal desafio.

E por essa razão, passamos a apresentá-la.

DLIS - DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

Introdução ao DLIS

Para Franco (2000), “Pensar Globalmente, Agir Localmente” nasceu das inúmeras experiências de comunidades alternativas e das reflexões e práticas pontuais sobre um desenvolvimento ambientalmente seguro e eco-socialmente equilibrado, um desenvolvimento capaz de criar condições para a sustentabilidade da própria sociedade.

Os governos também têm investindo no equacionamento e no tratamento da chamada política social rompendo com a maneira tradicional de olhar o problema, incorporando em suas estratégias e programas, as idéias de descentralização, articulação, convergência e focalização de ações em locais determinados, assumindo a necessidade da parceria com o empresariado, sociedade civil e a participação da comunidade. Anteriormente, o Poder Público administrava de maneira centralizada e “auto-suficiente”, acarretando a possibilidade da não continuidade dos programas, e a impossibilidade efetiva de participação da sociedade nos processos decisórios.

Mas é recente o discurso de teóricos nas áreas da sociologia, política, antropologia social, geografia e urbanismo sobre o poder local e as políticas públicas, a formação de identidades sócio-culturais locais, a conformação das novas territorialidades e a distribuição espacial do desenvolvimento, o habitat (como totalidade sistêmica), o qual têm introduzido novos conceitos que possibilitam tratamento mais sistemático da questão do desenvolvimento local.

O chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS, é uma denominação ampla para vários tipos de desenvolvimento local. É a expressão adotada pelos que se dedicam ao desenvolvimento local ou ao desenvolvimento econômico no Brasil e pelos que trabalham com a Agenda 21 local.

As ações hoje em andamento, em diversos pontos do país, constituem-se formas embrionárias de desenvolvimento local integrado e sustentável, com diferentes amplitudes e graus de parceria, participação social e integração multisetorial. Mais do que ações em parceria (envolvendo um conjunto heterogêneo de organizações), ou ações multisetoriais (habitação e saneamento + trabalho e renda + nutrição, saúde e educação etc), essas ações partem de uma perspectiva sistêmica de articulação sócioinstitucional e sócioprodutiva para transformação de territórios, tendo os atores locais como protagonistas e capaz de criar bases consistentes para uma sustentabilidade ampliada - social, ambiental, econômica e política.

Foi nessa perspectiva - e tendo algumas experiências como referência - que um conjunto amplo e plural de formuladores e gestores (incluindo agentes da sociedade civil, órgãos governamentais e organismos internacionais) construíram no Brasil, a noção de DLIS, que ganhou seu primeiro corpo no "Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável" (que existiu, como tal, entre 1997 e 1999). O fórum objetivou:

- a articulação de atores interessados em apoiar e promover o desenvolvimento local integrado e sustentável e;
- a sensibilização de organismos governamentais, empresariais, da sociedade civil e internacional, visando multiplicar as iniciativas voltadas para o desenvolvimento local.

Desde então, por força de múltiplos fatores e fontes de ação, foram incontáveis os acontecimentos que marcaram a trajetória do desenvolvimento local no Brasil:

- Criaram-se ou consolidaram-se estratégias e programas com diferentes abordagens e metodologias, associadas a perspectivas sistêmicas de desenvolvimento com base territorial. A variação de enfoques e ênfases se expressa também como diferentes denominações: dlis (desenvolvimento local integrado e sustentável), del (desenvolvimento econômico local), dls (desenvolvimento local sustentável), agenda 21 local, sócioeconomia solidária e, simplesmente, dl (desenvolvimento local).

- Ampliou-se - para além das metodologias sistematizadas, de ação extensiva - a gama policêntrica de iniciativas que combinam articulação sócioinstitucional e empoderamento local, ou seja, os núcleos vitais da idéia de desenvolvimento local. Iniciativas que vêm sendo praticadas em diferentes âmbitos - submunicipais, municipais, microrregionais etc.

- Surgiram centros de capacitação (formação de facilitadores, multiplicadores, agentes de desenvolvimento), criação conceitual, estudos e pesquisas, em diferentes lugares do país, relacionados aos temas básicos do desenvolvimento local, de forma mais ou menos direta. Assim, o desenvolvimento local constituiu-se como campo de reflexão, crítica e educação.

A expressão foi lançada institucionalmente em 1997 pelo Conselho de Comunidade Solidária, e utilizada pela maioria dos autores ao falar sobre o desenvolvimento local no contexto brasileiro. Indiferentemente se enfatizam o papel econômico como fator determinante, ou possuem visão mais sistêmica utilizam a expressão DLIS.

Ao final de 2002 o primeiro grande encontro nacional com esse foco (a primeira Expo Brasil Desenvolvimento Local) contribuiu para revelar a vitalidade dos temas e das experiências ligadas à perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

O PNUD confirma através de muitos acordos de cooperação técnica e financeira, a existência de mais de mil ações com esse enfoque. Além disso, há a experiência da Secretaria Executiva da Comunidade Solidária, através do Programa Comunidade Ativa, tendo como meta implantar DLIS em quase mil municípios brasileiros. Acrescentem-se ainda iniciativas do Banco do Nordeste, do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do SEBRAE e de outras entidades, federais, estaduais e municipais, além de iniciativas de ONG (organizações Não-Governamentais).

Conceitos, Objetivos e Estratégias

Franco (1998) conceitua DLIS, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável como um novo modo de promover o desenvolvimento possibilitando o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais, desenvolvendo suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo aproveitando as vantagens locais. É uma nova dinâmica sócio-econômica que a partir das ações do Estado e da Sociedade, potencializam resultados das parcerias inter-institucionais e da convergência e integração de políticas e programas. Assim, o conceito de “local” adquire a conotação de “alvo” sócio-territorial de ações, definido pelo próprio Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Atualmente é visto mais amplamente, não apenas voltado para a criação de ocupações e geração de renda, mas uma nova maneira de *olhar* o desenvolvimento, apontando para novos “modelos” ou configurações sócio-econômicas mais sustentáveis. Seu argumento básico é simples, pois é na esfera local que os problemas são melhor identificados e, portanto mais fácil diagnosticar solução adequada. O atendimento das necessidades da sociedade, o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes é extremamente facilitado pela maior proximidade com as comunidades.

Para haver o DLIS, regiões e localidades devem desenvolver uma capacidade endógena de exercer a sua interdependência, através da construção de interorganizações e da geração de outras condições que possibilitem o surgimento de comunidades econômicas de base. O DLIS abrange desenvolvimento econômico, social, cultural, político e institucional, organização físico-territorial e gestão ambiental. A sigla DLIS, quer dizer:

- Desenvolvimento - processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam;

- Local - ponto de partida para se discutir a dinâmica de desenvolvimento. Pode ser uma cidade, um bairro, uma vila, um Município, a beira do rio ou uma região. É onde se processa a dinâmica do desenvolvimento que não seja apenas o crescimento econômico, mas que respeite o progresso social e humano.

- Integrado – articulação de atores que interagem em um mesmo local, e fatores que influenciam no processo de desenvolvimento (econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, físico-territoriais, científico-tecnológicos), e a busca do equilíbrio dinâmico nas relações possibilitando aflorar forças unificadoras, que levam à integração, e minimizam as forças divisoras, que levam à competição.

- Sustentável - desafio de buscar a satisfação das necessidades atuais sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras. A solidariedade do desenvolvimento deve integrar as formas possíveis, política, social, econômica, espacial, cultural e ambiental.

O DLIS é o diálogo de diversas visões, que se associam a diferentes ênfases e vias de entrada nas muitas temáticas. Nem toda experiência local de desenvolvimento pode ser considerada como uma experiência de DLIS, e o crescimento econômico é necessário, mas não é suficiente para promovê-lo, sendo necessário identificar um número mínimo de ações, endógenas e exógenas, para que possam ser reconhecidas.

O desenvolvimento deve significar melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável). E que o crescimento econômico é, na maioria dos casos, tão necessário quanto insuficiente para a obtenção deste objetivo. Que tais fatores econômicos e extra-econômicos do desenvolvimento – renda, riqueza, conhecimento e cultura, poder ou empoderamento e meio ambiente – são variáveis que sempre estão presentes mas que se combinam de uma maneira desconhecida. E a promoção do desenvolvimento

significa investir nestes fatores simultaneamente. O objetivo é criar as condições para que o fenômeno do desenvolvimento ocorra, isto é, haja o surgimento de novos e múltiplos laços de realimentação de reforço que façam com que mais capital humano (conhecimento) gere mais capital social (empoderamento), que gere mais capital empresarial (riqueza), que gere mais renda, que gere mais capital humano e assim sucessivamente.

Os resultados objetivos esperados pelo DLIS colocam como prioritários a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas e a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis. Os seus programas são uma forma de reduzir o desemprego, utilizando mão de obra local e tecnologias apropriadas, ao mesmo tempo em que integra políticas de diversos níveis (federal, regional, estadual e municipal) e de variados setores (saúde, educação, meio ambiente etc.). São principalmente:

- capacitação para a gestão local;
- criação de novas institucionalidades participativas (conselho, fórum, agência ou órgão similar, de caráter multissetorial, plural e democrático, coordenador do processo de desenvolvimento local);
- realização de diagnóstico e planejamento participativos;
- construção negociada de uma demanda pública (materializada numa agenda local de prioridades de desenvolvimento);
- articulação desta demanda com a oferta de programas (estatais ou não);
- celebração de pactos de desenvolvimento nas localidades (ou similar tendo por base agenda local) ;
- fortalecimento da sociedade civil como participante ativa do processo (estimulo à ação cidadã, ao apoio a construção de organizações sem fins lucrativos, sobretudo de caráter público, e a celebração de um pacto de desenvolvimento local);

- fomento ao empreendedorismo (capacitação, do crédito e do aval para impulsionar e apoiar a criação e desenvolvimento de novos negócios sustentáveis);
- monitoramento e a avaliação, essenciais em processos inovadores.

O DLIS pode sugerir novas soluções para a superação de problemas de diferentes naturezas, ao constituir-se em pólos ou áreas dinamizadas por investimentos simultâneos em infra-estrutura urbana e serviços sociais que elevem a capacidade de atração de investimentos privados e de retenção da população.

O DLIS além de ser estratégia econômica, é um campo de experimentação para novas práticas políticas, sociais e de desenvolvimento, sendo a sustentabilidade a combinação desconhecida dessas práticas. Além de afetar as relações políticas e sociais existentes nas localidades onde se implante. Seu diferencial está na metodologia, onde as ações locais de desenvolvimento são planejadas e decididas e nas informações e dados coletados no local, possibilitando assim, não o rompimento das práticas assistencialistas e programas impostos para a redução da pobreza, mas na reorientação de um novo olhar de novas práticas de inclusão social. Visa promover o desenvolvimento de unidades sócio-territoriais delimitadas por um conjunto de práticas de diagnóstico e planejamento participativo, baseados na identificação de potencialidades locais, conformação de uma demanda pública da localidade e oferta de programas e ações governamentais e não governamentais.

A estratégia de implantação do processo de DLIS traz, primordialmente, seis atores ao processo. São eles:

- Governo Federal - oferece programas federais segundo as demandas das agendas locais. A Secretaria Executiva coordena, acompanha e avalia o programa, além de articular a execução das ações entre os vários parceiros.
- Governo Estadual - cria uma equipe interlocutora e outra facilitadora no Estado e compatibiliza os programas estaduais com as demandas identificadas nas agendas locais.

- Prefeitura - mobiliza a sociedade, estimulando o fórum local de desenvolvimento. Participa da equipe gestora local e garante a execução dos programas municipais de acordo com a agenda.

- SEBRAE - executa um programa de apoio ao desenvolvimento Local Integrado Sustentável criado para estimular o empreendedorismo e o surgimento de novas oportunidades de negócios.

- AED - a Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED) executa e garante a qualidade, em nível nacional, do processo de capacitação em Desenvolvimento Local Integrado Sustentável.

- Instituição Capacitadora - responsáveis por capacitar e implementar a estratégia de DLIS nos Municípios, apoiando desde a realização das etapas iniciais até a elaboração da agenda local.

O grau de sustentabilidade das transformações promovidas pelas estratégias de DLIS depende do nível de articulação com a economia em geral. A ausência desta integração pode, tornar precário o processo de mudanças impossibilitando sua manutenção e reprodução. Exemplos bastante simples são os processos de capacitação de empreendedores e os serviços de microcrédito.

O poder público federal pode desempenhar um importante papel como incentivador dos processos de DLIS. A adoção de uma estratégia, ao nível federal, de incentivo aos projetos incluiria a definição de diretrizes nacionais indicando, por exemplo, os setores integrados de atividades econômicas; os métodos, procedimentos e instrumentos genéricos para implementação de processos de desenvolvimento integrado; as formas de financiamento propostas em apoio aos processos⁴; alternativas para a implementação de programas de capacitação dos agentes a serem envolvidos; os mecanismos de sustentabilidade a serem

⁴ Tipos de programas federais ofertados, contrapartidas federais, estaduais e locais, ou privadas, composições mistas de financiamento, fontes alternativas etc.

procurados; as formas de monitoramento e avaliação dos processos e dos indicadores sociais pelos agentes promotores e pelo Governo Federal. Estas diretrizes poderiam constituir uma espécie de Termo de Referência para incentivar Estados, Municípios e outros atores sociais a apresentarem propostas de projetos/processos de desenvolvimento integrado que contariam com o apoio do Governo Federal (na linha adotada pela Comunidade Solidária). Neste caso, caberia ainda ao mesmo pré-definir áreas prioritárias para as primeiras experiências-piloto.

Sem a necessária participação do poder local é muito difícil imaginar que o DLIS se instale em determinado espaço geográfico. O Estado na sua manifestação local, se constitui no único provedor e empreendedor. Seu papel estratégico e insubstituível é de apoiar, promover e regular os processos de provisão de bens e serviços básicos e de promover o desenvolvimento. Por isso é importante a promoção do desenvolvimento institucional de forma que os governos locais assumam seus próprios papéis. Aos gestores das políticas municipais, o DLIS aponta novas formas, mais compartilhadas com a Sociedade, de condução dos processos públicos que contribuem para o desenvolvimento.

O DLIS requer para sua viabilização a parceria entre Estado, mercado e sociedade civil, pressupondo a combinação de esforços exógenos e endógenos, governamentais e não governamentais, públicos e privados. As instâncias governamentais e não governamentais num planejamento conjunto, ficam moralmente induzidas a alocar seus recursos humanos, materiais e financeiros para a obtenção dos produtos coletivamente almejados. Ao poder público, implica a inclusão de verbas orçamentárias para os fins planejados. A participação da comunidade traz conseqüências econômicas e sociais positivas (proliferação de novas iniciativas empresariais, geração de novos postos de trabalho etc.) e estimula o desenvolvimento da cidadania. Pois participando diretamente das ações que lhe atingem ou dizem respeito, criam novos espaços ético-políticos nas localidades.

Para ser sustentável do ponto de vista econômico, o DLIS requer a formação de uma comunidade econômica de base, ou seja, uma cadeia de iniciativas e empreendimentos que se complementam, maximizando as potencialidades de produção, comércio, serviços e consumo locais, visando instalar ciclos de realimentação de reforço que possibilitem a expansão econômica dos projetos de modo sustentável.

Para o DLIS não é interessante uma especialização econômica de regiões e localidades que as tornem dependentes de insumos básicos exógenos⁵. O importante é desenvolver uma capacidade de exercer a sua interdependência como sujeito, mantendo uma relação de troca, competitiva inclusive, com outras regiões e localidades, dispondo porém de condições mínimas de satisfação de suas necessidades mais imediatas. Tecnologias de produção para os objetivos da comunidade local deverão ser induzidas e, em muitos casos, inovações intensivas serão objeto de uma forte demanda, exigindo o envolvimento dos diversos agentes responsáveis pela geração e difusão de conhecimentos.

O DLIS exige a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados, requer aportes de recursos externos, públicos e privados, financeiros, humanos e de infra-estrutura, nas formas de investimento, financiamento de políticas envolvendo gastos orçamentários estaduais e federais, e de doações provenientes da colaboração nacional e internacional. Os recursos de uma localidade em geral não são aproveitados como insumos ao desenvolvimento. Eles devem ser mobilizados e canalizados através de processos participativos para as comunidades e pelas próprias comunidades.

⁵ Existem várias experiências desastrosas do ponto de vista social, de comunidades e até de municipalidades aonde a atividade econômica se reduz praticamente a um tipo de empreendimento. Cidades que vivem em função de uma usina, uma fábrica, uma agro-indústria, um hotel cinco estrelas dificilmente serão adequadas para projetos de DLIS.

Metodologia DLIS

A estratégia de promoção do DLIS consiste em um aprendizado coletivo, um método de aprender fazendo, pelo qual a comunidade local vai aos poucos se capacitando em planejamento estratégico, planejamento executivo, negociação e gestão de projetos, monitoramento e avaliação de resultados etc. Para isso, é preciso proporcionar condições para uma capacitação continuada e, se possível, permanente.

Em sua metodologia, o DLIS possui atores e etapas (ver esquema 1.1) voltadas ao monitoramento das atividades no decorrer da implementação das ações das Agendas Locais. Uma das primeiras ações da metodologia está na definição e capacitação das chamadas Instituições Capacitadoras, responsáveis pela implementação do DLIS nos Municípios atendidos pelo programa. O processo de inserção destas Instituições no DLIS acontece quando da realização do treinamento dos capacitadores, indicados pela respectiva instituição para participar do programa.

O centro de estratégia de promoção do DLIS está na constituição de um colegiado (fórum, conselho ou agência de desenvolvimento local) capaz de planejar e gerenciar, de forma participativa e compartilhada, o desenvolvimento local. Para isso, o colegiado precisa ser plural, representativo, legítimo e democrático, reunindo todas as lideranças locais, formais e não-formais, de todos os segmentos, setores, movimentos e organizações.

Através de um diagnóstico participativo, esse colegiado deve ser capaz de identificar as potencialidades do desenvolvimento local, as atividades que podem dar suporte ao crescimento econômico e desenvolvimento social, as vocações capazes de alavancar os negócios a vida social no município. Por outro lado, devem ser identificados os obstáculos, os problemas que impedem o aproveitamento das potencialidades, das oportunidades e das vantagens comparativas e competitivas de que o município dispõe.

Partindo desse diagnóstico, pode ser elaborado um plano de desenvolvimento local, com todas as ações necessárias ao desenvolvimento das potencialidades ou vocações identificadas. Tal plano favorecerá a convergência de investimentos públicos e privados, constituindo-se num instrumento de orientação para todos os atores que possam interagir no processo de desenvolvimento local. A partir do plano de desenvolvimento local, convém escolher uma agenda de prioridades. A seguir, as lideranças locais precisam elaborar projetos executivos e negociar com parceiros para levantar os recursos e reunir os meios necessários à realização de sua agenda local. Cada ação realizada irá compor a série de pequenas vitórias e que deixarão na comunidade local a convicção de sua capacidade de planejar e gerenciar o desenvolvimento por sua iniciativa própria.

A metodologia DLIS, inicialmente, foi formulada para ser executada segundo:

- Assinatura do termo de convênio entre a União e o Poder Público local.
- Contato entre os Municípios e as Instituições Capacitadoras.
- Sensibilização e mobilização das lideranças locais.
- Capacitação dos atores locais, Poder Público e lideranças sociais.
- Formação do Conselho ou Fórum de DLIS e escolha da Equipe Gestora, o

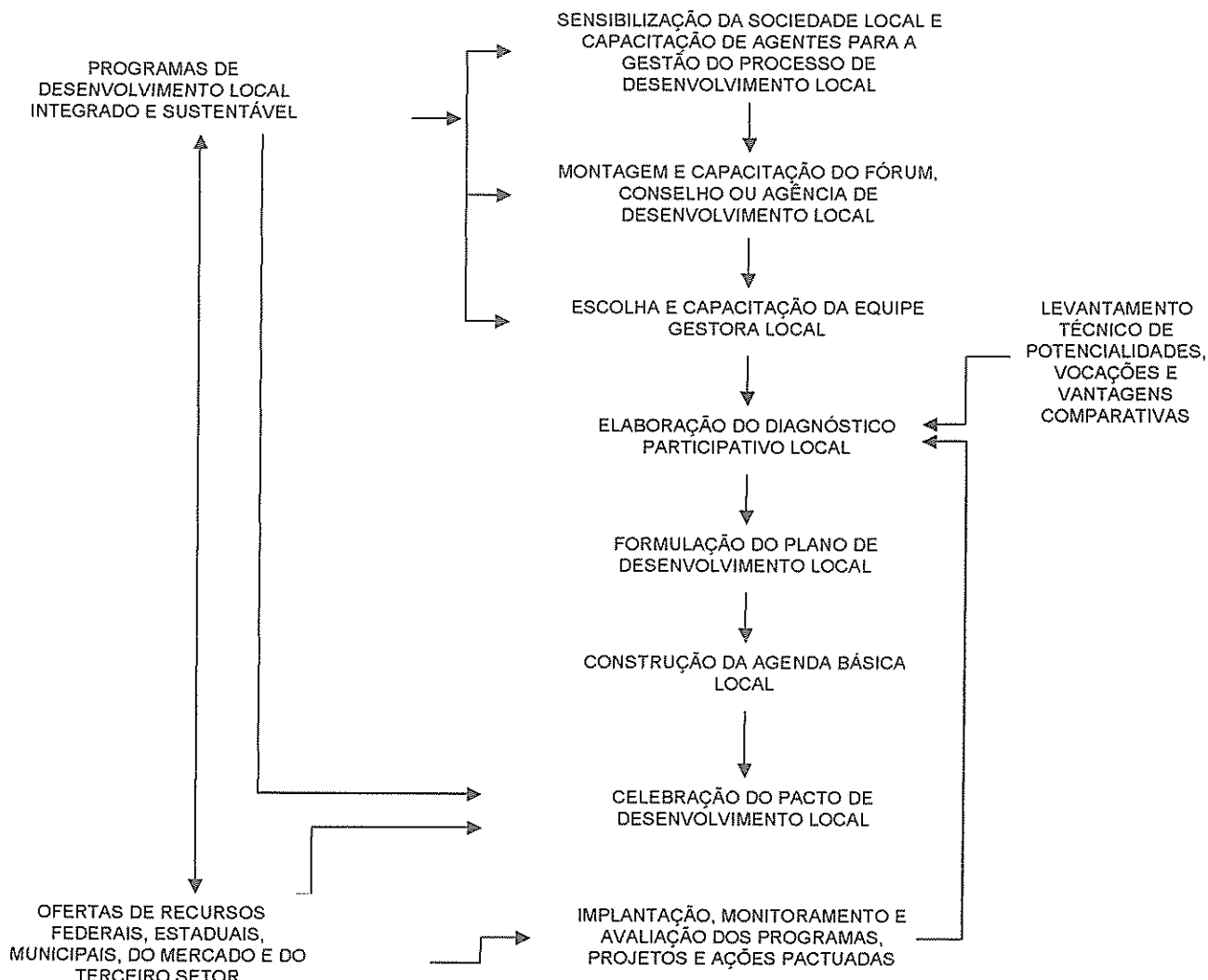
órgão responsável pela coordenação do DLIS na localidade. Compõem-se pelas principais lideranças locais, convocadas pelo prefeito. Participam do Conselho ou Fórum DLIS três representantes previamente determinados na estratégia: o gestor do SEBRAE local, um representante do Governo do Estado e o representante da Prefeitura local. Dentro do Conselho ou Fórum DLIS existe, ainda, um grupo menor, uma espécie de comissão ou secretaria executiva chamada Equipe Gestora Local.

- Elaboração do Diagnóstico Participativo Local, refere-se ao levantamento da realidade local, devendo conter os principais problemas e potencialidades em todas as áreas (social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional). O

diagnóstico define o eixo de desenvolvimento local, linha de ação identificada para o planejamento de ações de cunho social, econômico, ambiental, educacional, político.

- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local, composto pelos objetivos a serem postos em práticas e suas ações mais pertinentes à médio e longo prazo. Será através do Plano que as potencialidades locais, já identificadas durante a realização do diagnóstico local, serão trabalhadas de forma a desenvolver e superar os problemas detectados. O plano contém ações de curto, médio e longo prazo.
- Elaboração da Agenda Local, contem as ações extraídas do plano. A agenda é feita apenas para curto prazo.
- Preparação autônoma do funcionamento do Conselho ou Fórum de DLIS.
- Negociação das ações da Agenda Local; consiste nas ações da agenda que serão articuladas junto ao Governo Federal, Estadual, Municipal, organizações não governamentais, organizações internacionais, empresas, através da intermediação da Coordenação Estadual do programa.
- Pacto de Desenvolvimento Local, é formalizado por meio da assinatura de um Termo de Parceria, designando os responsáveis diretos pelas ações, de sua área de atuação, prioritárias da Agenda, as metas e os prazos.
- Capacitação Finalística, consiste na capacitação ofertada aos atores envolvidos na execução da Agenda Local, visando repassar informações técnicas para colocar em prática o planejado e cumprir as finalidades almejadas.
- Premiação, é a etapa onde as localidades atendidas pelo programa passarão por uma avaliação de seu desempenho. A premiação contempla os Municípios com a oferta de novos programas e novas ações, visando à continuidade do processo de desenvolvimento local iniciado com o DLIS.

Esquema 1.1 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS PROCESSOS DE DLIS – FRANCO (1999)



Fonte: Martinelli, 2004, pg. 76

Para ilustrar o processo acima descrito cabe apresentar a experiência do Programa Comunidade Ativa em Cardoso Moreira, RJ.

Experiência de DLIS: Programa Comunidade Ativa em Cardoso Moreira, RJ

O Programa Comunidade Ativa é uma contribuição para o processo de reflexão sobre a proposta de Desenvolvimento local integrado e sustentável – DLIS - assumida e colocada em prática pelo Governo Federal. O projeto propõe o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento em Municípios dos chamados “bolsões de pobreza” do país, e que desde

1997 eram atendidos pelo Programa Comunidade Solidária. É uma forma de promoção de desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades capazes de suprir suas necessidades imediatas, diagnosticar e incentivar suas vocações locais e fomentar o intercâmbio externo tendo em vista estas vocações.

A escolha dos Municípios que participariam do DLIS da Comunidade Ativa, baseou-se nos mesmos critérios estabelecidos no Programa Comunidade Solidária, segundo resolução da Presidência da República nº 01 de 20/06/2001. Os municípios beneficiados teriam que ser avaliados segundo seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e sua capacidade de resposta e anuência ao programa através de um termo de compromisso. O Governo Federal proporcionaria vantagens financeiras através da redução da contrapartida e prioridade na apresentação de projetos e diminuição de recursos ofertados.

Outro ponto de interesse para os Municípios integrarem o programa reside no movimento de articulação realizado pela Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária, da Casa Civil da Presidência da República, junto aos diferentes parceiros (Governo Federal, Governos Estaduais, Prefeituras, empresas e entidades não-governamentais) visando garantir o apoio necessário para a implementação de ações que os tornem mais sustentáveis e que possam gerar novas oportunidades de trabalho e renda, propiciando um melhor ambiente e condições de vida da população.

No entendimento da Comunidade Ativa somente o desenvolvimento pode superar a pobreza e é neste pressuposto que se baseia o DLIS. Sua estratégia se contrapõe diretamente às políticas e programas tradicionais de combate à pobreza, pela via do crescimento econômico, quando nem sempre o crescimento econômico resultava em desenvolvimento social, e por meio de políticas compensatórias, muitas vezes assistencialistas, que até podiam aliviar os sofrimentos dos excluídos, mas não resolviam o problema da pobreza. O modelo de gestão da Comunidade Ativa foi definido buscando favorecer a integração entre os diversos

parceiros, a agilidade, o monitoramento contínuo e a realização dos ajustes necessários ao longo do processo.

O proposto pela metodologia DLIS da Comunidade Ativa, pretendia reorganizar o que estava anteriormente estabelecido. Segundo a Comunidade Ativa, os Governos hoje compreendem que não são mais auto-suficientes, que necessitam construir conjuntamente – Poder Público e sociedade civil – e em parceria, para poder alavancar novos recursos, aumentar a eficiência, melhorar a transparência das ações e o controle social. A estratégia de DLIS, colocada em prática pelo Programa Comunidade Ativa, pretendia atingir o maior número de Municípios brasileiros em um tempo relativamente curto. Sua execução foi idealizada para um prazo de até quatro meses, desde a entrada da Instituição Capacitadora até a finalização da Agenda Local. Para que realmente a estratégia seja incorporada na dinâmica local é imprescindível que a metodologia seja trabalhada para sensibilizar e mobilizar a população da importância do trabalho a ser realizado e, principalmente, para a formação do “ator” de predominância no processo, o Conselho ou Fórum de DLIS. A expansão do Programa Comunidade Ativa no Estado do Rio de Janeiro teve um forte caráter regional em seu planejamento, privilegiou os Municípios localizados no norte e no noroeste fluminense, áreas que passaram nos últimos 30 anos por expressivo processo de estagnação econômica. O histórico de ausência de investimentos resultou em uma região depauperada, com indicadores sociais negativos e Governos locais pouco capacitados a reverterem esse quadro.

A Comunidade Ativa, segundo informações do IBASE (2004), começou em 133 municípios no Brasil e teve como meta desencadear iniciativas em quase mil municípios até o final do ano 2000. O acompanhamento do processo criou as condições para seu ajuste, dentro da perspectiva de transformar o DLIS em uma efetiva opção de política pública.

O norte-noroeste do Estado do Rio de Janeiro foi uma área preferencial para a implantação de políticas públicas de redução à pobreza e a minimização das desigualdades

sociais e espaciais. A Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Governo do Estado – SEPDET procurou adotar um critério regional na implantação do Programa Comunidade Ativa neste Estado, visando, inclusive, ao estabelecimento de ações conjuntas entre os Municípios que enfrentaram problemas de natureza semelhante. Inicialmente os Municípios escolhidos foram oito, sendo sete na região noroeste, e apenas um no norte. Sendo que, um critério territorial foi utilizado, já que Cardoso Moreira, o Município da região norte escolhido, possuía uma afinidade econômica muito maior com o noroeste interiorano e agrário do que com o norte fluminense, cujos Municípios se favoreciam economicamente do turismo e do pagamento dos *royalties* das atividades de extração petrolífera na Bacia de Campos.

Cardoso Moreira foi ex-distrito de Campos dos Goytacazes e obteve sua emancipação ao longo dos anos 1980. Cortado pela BR-356, que liga Campos a Muriaé na Zona da Mata Mineira, este Município teve boa parte de sua ocupação vinculada ao complexo sucro-alcooleiro, com usinas e extensas plantações de cana para fornecer matéria-prima às usinas locais e às demais unidades produtivas de açúcar existentes no norte fluminense.

Neste contexto, os atores territoriais existentes parecem ter a consciência de que a crise em que se encontraram foi historicamente construída, e que as saídas possíveis teriam que se dar, em sua maioria pela articulação de uma ação conjunta. Os antagonismos locais, no entanto, são sólidos e dificultam a construção de um pacto territorial que viabilize a elaboração de uma política conjunta de desenvolvimento. A mediação do Governo Federal e do Governo Estadual seria fundamental para garantir a minimização de antagonismos e a criação de um ambiente favorável à cooperação e consolidação das vantagens territoriais existentes.

O processo de implantação das estratégias de desenvolvimento local consistiu numa aproximação entre o embasamento teórico do DLIS e a realidade dos Municípios brasileiros.

Esta análise é especialmente necessária quando se trabalha com um procedimento padronizado, como no caso da estratégia da Comunidade Ativa, visando apreender que aspectos poderiam ser flexibilizados e que mecanismos mostraram-se realmente eficientes no processo de implantação. O protagonismo da Prefeitura nas cidades de pequeno porte pode levar este ator público a desempenhar um papel privilegiado na instância decisória de desenvolvimento local. A onipresença da Prefeitura na vida do Município possui efeitos positivos e negativos, embora se possa dizer que para a implantação de uma estratégia como a Comunidade Ativa é melhor um Poder Público excessivamente presente do que um que se abstenha de cumprir o papel que lhe está previsto na estratégia.

A experiência de Cardoso Moreira é bastante rica, sobretudo para análise do papel dos atores públicos na execução da estratégia. A presença da Prefeitura na dinâmica social do Município é bastante expressiva, sendo facilmente perceptível a atuação do Executivo Municipal no cotidiano da cidade e de seus habitantes. Politicamente a Prefeitura é extremamente ativa, a ponto de a oposição local se encontrar, de certa forma, pouco atuante. Tal quadro torna o sucesso do DLIS absolutamente dependente da Prefeitura para “comprar a idéia”.

A matriz teórica do desenvolvimento local encontra-se calcada no fortalecimento dos pequenos produtores como forma de dinamização dos territórios produtivos e de elaboração de uma perspectiva de desenvolvimento distributiva e descentralizadora. É necessário ter-se clareza de que boa parte das propostas de desenvolvimento endógena se baseia nos padrões da pequena produção, a exemplos de países como Itália e Espanha, nos quais o acesso a tecnologia, informação e mercado é infinitamente mais fácil. A realidade da pequena produção nos Municípios brasileiros exige uma releitura de certos pressupostos, o que em nada compromete a teoria do desenvolvimento local, já que este, por definição, deve ser capaz de se adaptar às mais variadas realidades territoriais.

A própria realidade dos pequenos Municípios brasileiros sugere este perfil de empreendedor para superar obstáculos. As atividades isoladas dos pequenos produtores encontram sérias dificuldades em estabelecer escala suficiente para entrar nos mercados regionais, por produtores dos núcleos urbanos de maior porte. Esta situação foi constatada neste Município onde os produtos rurais, a cerâmica e as vassouras produzidas no local, tinham pouca competitividade no mercado de Campos, dominado por empresas de maior porte existentes do próprio Município.

O planejamento da economia local a partir da pequena produção enfrenta também outras limitações na realidade dos pequenos Municípios brasileiros. A concentração da estrutura fundiária faz com que os pequenos produtores representem uma parcela muito pequena na economia agrícola do Município como um todo. Considerando ainda que não é muito comum, a participação de grandes produtores em projetos de gestão compartilhada e de desenvolvimento local, a capacidade de gestão do território exercida pelos Fóruns de DLIS fica sensivelmente reduzida.

Questões de ordem macro aparecem com frequência nos debates dos Fóruns de DLIS. Temas como redução de impostos federais, isenções tributárias setoriais, e mesmo alívio dos encargos sociais, foram levantadas como essenciais para que a produção local consiga se desenvolver. A possibilidade de interlocução entre população e diferentes níveis de governo são realmente o diferencial em iniciativas como a Comunidade Ativa. Estas articulações devem ser implementadas pelas coordenações do programa, de modo que a perspectiva de desenvolvimento local não se concretize enquanto resultado efetivo da capacidade da população de conseguir “se virar” em meio aos interesses globais.

Cada local possui sua própria dinâmica. Assim uma proposta que não foi reivindicada pelos que ali residem envolve o risco de não respeitar a complexidade do

ambiente além de, em alguns casos, implicar procedimentos que agridem o cotidiano das localidades.

As metodologias de capacitação também precisam ser bem adequadas à realidade local, sobretudo as destinadas à formação de pequenos empresários, que possuem a missão de dirigir a dimensão econômica do processo de DLIS em um país em que, tradicionalmente, o Estado sempre assumiu o risco das empreitadas produtivas. As experiências de desenvolvimento local apreendidas como modelo, as da Emilia Romana e do Veneto na Itália, baseiam-se na atuação de pequenos empresários que operam com uma produção de alto insumo informacional, produtos de elevado valor agregado e fácil acesso a centros de inovação tecnológica, ou seja, uma realidade muito diferente da existente nos municípios atendidos pela Comunidade Ativa. Elementos como ampla assistência institucional, utilização de tecnologias produtivas de ponta e a elaboração de redes territoriais de inovação, fundamentais para o êxito das experiências das Agências Regionais de Desenvolvimento na Espanha, são praticamente inexistentes na realidade dos pequenos produtores brasileiros, que estão majoritariamente na informalidade e ofertam produtos e serviços de baixa tecnologia.

É fundamental que os canais de comunicação e negociação entre as comunidades e as instâncias de governo permaneçam abertos, para que as demandas locais não fiquem sem resposta e a perspectiva de um abandono pelos poderes estaduais e federais não se concretize. O sucesso da estratégia da Comunidade Ativa parece depender da mobilização e autonomização da comunidade local e a manutenção de espaços de diálogo e ação com os atores externos.

O DLIS deve se traduzir numa oportunidade de instrumentalizar a sociedade para atuar localmente e através das parcerias constituídas nas questões regionais e nacionais que possuam rebatimento no nível local. A possibilidade de debate e atuação resultaria na democratização da gestão, uma vez que a capacidade de ação àqueles historicamente

preteridos do poder, possibilitaria a redução das desigualdades e a inclusão social, objetivos máximos de qualquer estratégia de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca. Desenvolvimento local e redes sócioprodutivas. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 21 set. 2004.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patêz. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 21 set. 2004.

COELHO, Franklin Dias (org.). Desenvolvimento econômico local: temas e abordagens. Organizado por Franklin Dias Coelho e Ângela Fontes. Rio de Janeiro: IBAM/ SERE/ FES, 1996. 104p.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Desenvolvimento local integrado e sustentável: documento-base e catálogo de experiências. Brasília: IPEA, 1998. v.6. p. 23-38.

FISCHER, Tânia (org.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 208p

_____. Poder local: governo e cidadania. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1993. 308p

FONTES, Ângela; VELLOSO, Maria e DIOGO, Pedro Nogueira. A estratégia de desenvolvimento local pelo Programa Comunidade Ativa: potencialidades e entraves do DLIS. Rio de Janeiro, 2002. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 21 set. 2004.

FRANCO, Augusto de. Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 21 set. 2004.

_____. Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável. Revista Século XXI, Brasília: Millennium/ Instituto de Política, 2000. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 27 jul. 2004.

IBAM. Mapeamento de iniciativas em desenvolvimento local – relatório final das atividades. Rio de Janeiro, RJ: IBAM/DES/NEL/RITS, 2002.

IBASE. Desenvolvimento local no contexto metropolitano: documento-síntese do ciclo de debates. Caio Márcio Silveira, coord. e relator. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 27 jul. 2004.

LLORENS, Francisco Albuquerque. Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política; tradução de Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232p

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. Barueri, SP: Manole, 2004. 314p.

MIRANDA, Moema; MAGALHÃES, Paulo. Discussão Dlis: reflexões a partir da metrópole. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 23 out. 2004.

MOURA, Suzana Maria. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 27 jul. 2004.

MOURA, Maria Suzana; CASTRO, Rocio; MELO, Vanessa PATERNOSTRO; LORDÊLO, José Albertino Carvalho e MEIRA, Ludmila. Desenvolvimento local e sustentável: o que sinalizam as práticas. Texto eletrônico disponível em: <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 21 set. 2004.

PAULA, Juarez de. DLIS passo a passo: como atuar na promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. 68p.

_____. Territórios, redes e desenvolvimento. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 21 set. 2004.

_____. Desenvolvimento é coisa séria. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 23 out. 2004.

SILVEIRA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: marcos conceituais e históricos. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 21 set. 2004.

SILVEIRA, Caio Márcio; BOCAJUVA, Pedro Cláudio Cunha. Desenvolvimento local integrado e sustentável: enfoque estratégico e construção de indicadores. Texto eletrônico disponível em <http://www.rededlis.org.br> . Acessado em 21 set. 2004.